STJ
SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

BIBLIOGRAFIAS SELECIONADAS

COLABORAÇÃO PREMIADA

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
BIBLIOTECA MINISTRO OSCAR SARAIVA

SETEMBRO 2017

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
Secretária: Josiane Cury Nasser Loureiro

BIBLIOTECA MINISTRO OSCAR SARAIVA
Coordenadora: Rosa Maria de Abreu Carvalho

EQUIPE TÉCNICA (SEÇÃO DE DOUTRINA DIGITAL)
Allan Rafael Lima Leite
Roberta Penha e Silva Marins

ARTE DA CAPA
Coordenadoria de Multimeios

Sumário

APRESENTAÇÃO 4
SOBRE A BIBLIOGRAFIA 4
DOUTRINA 5
ARTIGOS DE REVISTAS 5
CAPÍTULOS DE LIVROS 14
LIVROS 19
LEGISLAÇÃO 22
NOTÍCIAS 23
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 23
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 23
CÂMARA DOS DEPUTADOS 24
SENADO FEDERAL 24
CONSULTOR JURÍDICO 25
AGÊNCIA BRASIL 25

APRESENTAÇÃO

O objetivo desta publicação é disponibilizar aos Ministros, Magistrados convocados e servidores do Tribunal da Cidadania, estudantes e operadores do Direito, fontes de informação que contribuam para a ampliação dos conhecimentos a respeito de temas atuais.

O acesso à íntegra das obras poderá ser feito por meio do link disponível abaixo de cada referência. Para acessar as obras que não contenham o link para o texto integral, solicite à Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça (STJ). As ideias e opiniões expostas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores e não refletem a opinião do STJ.

Para composição desta bibliografia, foram utilizadas as seguintes fontes de informação: Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça (BDJur), Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), Portal do Superior Tribunal de Justiça, Portal do Senado Federal, Portal da Câmara dos Deputados e o Portal de Legislação do Governo Federal (Planalto). A Bibliografia reúne documentos de doutrina, legislação e notícias sobre o tema.

SOBRE A BIBLIOGRAFIA

Esta edição das Bibliografias Selecionadas aborda o tema "colaboração premiada" contendo publicações sobre o assunto editadas entre 2015 e 2017.

A colaboração premiada é uma técnica de investigação que consiste na oferta de benefícios pelo Estado àquele que confessar e prestar informações úteis ao esclarecimento do fato delituoso.

A primeira lei a prever essa colaboração premiada no Brasil foi a Lei de Crimes Hediondos. Previa-se a redução de um a dois terços da pena do participante ou associado de quadrilha voltada à prática de crimes hediondos, tortura, tráfico de drogas e terrorismo, que denunciasse à autoridade o grupo, permitindo seu desmantelamento (art. 8º, parágrafo único, Lei 8.072/1990). Já no crime de extorsão mediante sequestro, o benefício dependia que fosse facilitada a libertação da vítima (art. 159, § 4º, Código Penal). Posteriormente, passou-se a prever a delação premiada também para crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e contra a ordem tributária (art. 16, parágrafo único, da Lei 8.137/1990, incluído pela Lei 9.080/1995) e crimes praticados por organização criminosa (art. 6º, Lei 9.034/1995).

Posteriormente, ainda foram editadas as Leis 11.343/2006, prevendo a colaboração premiada para crimes de tráfico de drogas (art. 41), e a Lei 12.529/2011, que denominou a colaboração premiada de "acordo de leniência", prevendo sua aplicabilidade para infrações contra a ordem econômica[1].

DOUTRINA

ARTIGOS DE REVISTAS

2017

AIRES, Murilo Thomas; FERNANDES, Fernando Andrade. A colaboração premiada como instrumento de política criminal: a tensão em relação às garantias fundamentais do réu colaborador. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 253-284, jan./abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

AMARAL, Augusto Jobim do; GLOECKNER, Augusto Jobim do. A delação nos sistemas punitivos contemporâneos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 25, n. 128, p. 65-89, mar. 2017.
TEXTO INTEGRAL

ANDRADE, Flávio da Silva. Reflexões sobre os instrumentos de consenso na defesa da concorrência: acordo de leniência e termo de compromisso de cessação de prática antitruste. *Revista CEJ*, Brasília, v. 21, n. 71, p.109-121, jan./abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

BITTAR, Walter Barbosa. O problema do conteúdo da valoração do depoimento dos delatores diante do conceito de justa causa para o regular exercício da ação penal. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 225-251, jan./abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

BORRI, Luiz Antonio; SOARES, Rafael Junior. A obrigatoriedade do duplo registro da colaboração premiada e o acesso pela defesa técnica. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 167-187, jan./abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

BUGARIN, Maurício Soares; BUGARIN, Tomás Tenshin Sataka. Ética e incentivos: devemos recompensar quem denuncia corrupção? *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 390-427, maio/ago. 2017.
TEXTO INTEGRAL

CANOTILHO, J. J. Gomes; BRANDÃO, Nuno. Colaboração premiada: reflexões críticas sobre os acordos fundantes da Operação Lava Jato. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*: RBCCrim, São Paulo, v. 25, n. 133, p. 133-171, jul. 2017.
TEXTO INTEGRAL

CARLOS ORTIZ, Juan. La delación premiada en España: instrumentos para el fomento de la colaboración con la justicia. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 39-70, jan./abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

DIVAN, Gabriel Antinolfi. Crítica científica de "A colaboração premiada como instrumento de política criminal": um adendo sobre a necessária visão político-criminal do processo penal. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 417-428, jan./abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

FERNANDES, Fernando Andrade; GOMES, Ana Cristina. Acerca da experiência brasileira com o instituto da delação premiada. Expectativas político-criminais transmudadas em políticas públicas criminais. *Magister de Direito Penal e Processual Penal*, v. 13, n. 76, p. 41-54, fev./mar. 2017.
TEXTO INTEGRAL

FIGUEIREDO, Apoliana Rodrigues. Pessoa jurídica corruptora. *Revista Brasileira de Direito Comercial*, v. 3, n. 16, p. 96-110, abr./maio 2017.
TEXTO INTEGRAL

ISMAEL, André Gomes; RIBEIRO, Diaulas Costa; AGUIAR, Julio Cesar de. Plea bargaining: aproximação conceitual e breve histórico. *Revista de Processo*, v. 42, n. 263, p. 429-449, jan. 2017.
TEXTO INTEGRAL

MARTINS, Tiago do Carmo. Conciliação em ação por improbidade administrativa. *Revista de Doutrina da 4ª Região*, Porto Alegre, n. 76, 2017.
TEXTO INTEGRAL

OLIVEIRA, André Ferreira de. Soluções negociadas de justiça penal no direito português: uma realidade atual numa galáxia distante? *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 71-102, jan./abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

PEST, Robert. A colaboração premiada no processo penal alemão. *Direito Público*: Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), v. 13, n. 74, p. 30-51, mar./abr. 2017.
Localização: TST, SEN

RODRIGUES, Paulo Gustavo. A convicção contextualizada e a verdade negociada no processo penal: desmistificando a confissão como elemento de convencimento pleno do julgador penal. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 103-130, jan./abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

SANTOS, Marcos Paulo Dutra. Colaboração unilateral premiada como consectário lógico das balizas constitucionais do devido processo legal brasileiro. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 131-166, jan./abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

SILVA, Marcelo Rodrigues da. A colaboração premiada como terceira via do direito penal no enfrentamento à corrupção administrativa organizada. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 285-314, jan./abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

SOUZA, Alexandre José Garcia de. Colaboração premiada: a necessidade de controle dos atos de negociação. *Boletim IBCCrim*, v. 25, n. 290, p. 12-14, jan. 2017.
Localização: STJ, CAM, PGR, STF, TJDFT

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano; MELLO, Gabriela Starling Jorge Vieira de. A voluntariedade da colaboração premiada e sua relação com a prisão processual do colaborador. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 189-224, jan./abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

TAFFARELLO, Rogério Fernando. Acordos de leniência e de colaboração premiada no direito brasileiro: admissibilidade, polêmicas e problemas a serem solucionados. *Revista Brasileira da Advocacia*, v. 2, n. 4, p. 211-231, jan./mar. 2017.
Localização: CAM, STF

TEOTÔNIO, Paulo José Freire; SILVA, Bruna Carolina Oliveira e; SCHIAVI, Jeferson Dessotti Cavalcante di. A prisão como instrumento de coerção moral ilegítima para obtenção de prova através de delação premiada. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, v. 13, n. 77, p. 51-67, abr./maio 2017.
TEXTO INTEGRAL

VIÉGAS, Francisco de Assis; MURAD, Raul. Responsabilidade civil nos acordos de delação premiada: desafios e perspectivas para a reparação dos danos no âmbito da "Operação Lava Jato". *Revista Brasileira de Direito Civil*, v. 11, p. 145-154, jan./mar. 2017.
TEXTO INTEGRAL

2016

AMATO, Giovanna. Whistleblowing and bribery prevention in Italy: a survey on the relevant criminal law issues of failure to report. *Revista de Estudos Criminais*, v. 15, n. 62, p. 9-57, jul./set. 2016.
TEXTO INTEGRAL

ARAÚJO, Gláucio Roberto Brittes de. Garantias na delação premiada. *Cadernos Jurídicos*: Escola Paulista da Magistratura, v. 17, n. 44, p. 79-92, jul./set. 2016.
TEXTO INTEGRAL

ATHIAS, Daniel Tobias. Limitação de confidencialidade de acordos com o Cade: contextualização e possíveis consequências. *Revista de Direito Empresarial*: ReDE, v. 4, n. 16, p. 293-315, jul. 2016.
TEXTO INTEGRAL

BALLAN JUNIOR, Octahydes; VASCONCELOS, Sóya Lélia Lins de. Colaboração premiada: instrumento para a efetivação da política criminal brasileira. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, v. 12, n. 70, p. 33-53, fev./mar. 2016.
TEXTO INTEGRAL

BORRI, Luiz Antonio. Delação premiada do investigado/acusado preso cautelarmente: quando o Estado se transfigura em criminoso para extorquir a prova do investigado. *Boletim IBCCrim*, v. 24, n. 285, p. 6-8, ago. 2016.
Localização: STJ, PGR, STF

BOTTINO, Thiago. Colaboração premiada e incentivos à cooperação no processo penal: uma análise crítica dos acordos firmados na "operação lava jato". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*: RBCCrim, São Paulo, v. 24, n. 122, p. 359-390, ago. 2016. Volume especial.
TEXTO INTEGRAL

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Identification: BRA-2016-2-011. *Bulletin on constitutional case-law*, n. 2, p. 298-299 2016.
Localização: STF

CAPEZ, Rodrigo. O acordo de colaboração premiada na visão do Supremo Tribunal Federal. *Cadernos Jurídicos*: Escola Paulista da Magistratura, v. 17, n. 44, p. 117-130, jul./set. 2016.
TEXTO INTEGRAL

CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de; CASTRO, Nathalia Hoffmann Monteiro de. MP não pode dispor de interesses fiscais na colaboração premiada. *ADV Advocacia Dinâmica*: informativo semanal, n. 50, p. 684-683, 14 dez. 2016.
Localização: STJ, CAM, PGR, STF, TJDFT

COURA, Alexandre de Castro; BEDÊ JÚNIOR, Américo. Atuação do juiz no acordo de colaboração premiada e a garantia dos direitos fundamentais do acusado no processo penal brasileiro. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 105, n. 969, p. 149-159, jul. 2016.
TEXTO INTEGRAL

DIDIER JR, Fredie; BOMFIM, Daniela. Colaboração premiada (Lei nº 12.850/2013): natureza jurídica e controle da validade por demanda autônoma: um diálogo com o Direito Processual Civil. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 62, p. 23-59, out./dez. 2016.
TEXTO INTEGRAL

HARADA, Kiyoshi. Comentários à Medida provisória nº 703/2015. *ADV Advocacia Dinâmica*: informativo semanal, n. 10, p. 129, 9 mar. 2016.
Localização: STJ, CAM, PGR, STF, TJDFT

LESSA, Sebastião José. Lei nº 12.850/13 (Organização criminosa): investigação e meios de obtenção de prova: colaboração premiada: concurso de funcionário público: funcionário policial: perdão judicial: sentença declaratória da extinção da punibilidade: súmula 18 do STJ: possibilidade ou não de repercussão na via disciplinar: infiltração de agente de polícia: independência e interdependência das instâncias: tema de estudo. *Fórum Administrativo*, v. 16, n. 181, p. 57-76, mar. 2016.
Localização: CLDF, TCDF, TST

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Delação premiada não serve para fins de admissibilidade de ação de improbidade administrativa. *Revista Síntese*: Direito Administrativo, São Paulo, v. 11, n. 131, p. 35-49, nov. 2016.
TEXTO INTEGRAL

_____. Medida provisória nº. 703/2015, que revogação o § 1º., do art. 17, da Lei de improbidade administrativa não autoriza transação ou delação premiada para fins de demostração de indícios da prática do ato ímprobo. *Revista do Superior Tribunal de Justiça*, v. 28, n. 241, p. 625-629, jan./mar. 2016.
TEXTO INTEGRAL

MARTINS, Ives Gandra da Silva, 1935-. Acordos de leniência. Evolução do instituto na legislação brasileira. Abrangência, legalidade e atualidade da MP nº 703/2015. Parecer. *Magister*: direito penal e processual penal, v. 12, n. 69, p. 5-29, dez./jan. 2015/2016.
TEXTO INTEGRAL

_____. Dos acordos de leniência no Brasil. *Revista do Tribunal Regional Federal*: 1. Região, v. 28, n. 5/6, p. 23-35, maio/jun. 2016.
TEXTO INTEGRAL

MORAIS, Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de; BONACCORSI, Daniela Villani. A colaboração por meio do acordo de leniência e seus impactos junto ao Processo Penal Brasileiro: um estudo a partir da "operação lava jato". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*: RBCCrim, São Paulo, v. 24, n. 122, p. 93-113, ago. 2016. Volume especial.
TEXTO INTEGRAL

MOREIRA, Rômulo de Andrade. Sobre tempos excepcionais, valores intrínsecos, presunção de inocência, frustrações freudianas e, finalmente, a cereja do bolo: viva os fascistas! *Direito Unifacs*, n. 197, p. 1-5, nov. 2016.
TEXTO INTEGRAL

MUKAI, Toshio. Alterações na Lei anticorrupção nos acordos de leniência (MP nº 703/2015). *Revista Síntese de Direito Administrativo*, v. 11, n. 122, p. 199-207, fev. 2016.
TEXTO INTEGRAL

NICOLITT, André Luiz; SOUZA, Taiguara Libano Soares e. A precedência da prisão preventiva na delação premiada: o novíssimo martelo das feiticeiras. *Revista Jurídica*, v. 20, n. 477, p. 41-45, dez. 2016.
Localização: CLDF

OLIVEIRA, Marlus H. Arns de. O papel do advogado frente à colaboração premiada: a colaboração premiada sob a luz do novo Código de ética e disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. *Revista do Advogado*, v. 36, n. 129, p. 87-97, abr. 2016.
Localização: STJ, STF, TST, TJDFT, SEN

PEDROSO, Fernando Gentil Gizzi de Almeida. O fenômeno ainda não plácido da colaboração processual e sua entricheirada bipartição doutrinária. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, v. 12, n. 71, p. 5-13, abr./maio 2016.
TEXTO INTEGRAL

PEREIRA, Victor Alexandre El Khoury M. Acordo de leniência na Lei anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). *Revista Brasileira de Infraestrutura*: RBINF, v. 5, n. 9, p. 79-113, jan./jun. 2016.
Localização: AGU, TCDF

PINHA, Lucas Campio; BRAGA, Marcelo José; OLIVEIRA, Glauco Avelino Sampaio. A efetividade dos programas de leniência e o contexto brasileiro. *Revista de Defesa da Concorrência*, v. 4, n. 1, p. 133-152, maio 2016.
TEXTO INTEGRAL

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; PORTO, José Roberto Sotero de Mello. Colaboração premiada: um negócio jurídico processual? *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, v. 13, n. 73, p. 26-48, ago./set. 2016.
TEXTO INTEGRAL

PINTO, José Guilherme Bernan Correa. Direito administrativo consensual, acordo de leniência e ação de improbidade. *Fórum Administrativo*, v. 16, n. 190, p. 49-56, dez. 2016.
Localização: SEN, CLDF, PGR, STF, TCDF, TST

ROCHA, Márcio Antônio. Subsídios ao debate para a implantação dos programas de whistleblower no Brasil. *Revista de Doutrina da 4ª Região*, Porto Alegre, n. 75, dez. 2016.
TEXTO INTEGRAL

SANTOS, Sérgio Honorato dos. Acordo de leniência sob o crivo do TCU para o exercício do controle administrativo. *Boletim de Licitações e Contratos*: BLC, v. 29, n. 4, p. 332-336, abr. 2016.
Localização: STJ, CAM, CLDF, STM, STF, TCDF, TST

SILVA, João Paulo Hecker da; VASCONCELOS, Ronaldo. Efeitos da colaboração premiada e a Lei de improbidade administrativa. *Revista do Superior Tribunal de Justiça*, v. 28, n. 241, p. 545-556, jan./mar. 2016.
TEXTO INTEGRAL

VIANNA FILHO, Ivan Xavier. Acordo de leniência, segurança jurídica e princípio da confiança legítima. *Revista de Direito Público da Economia*, v. 14, n. 55, p. 223-242, jul./set. 2016.
Localização: CLDF, TJDFT

WEDY, Miguel Tedesco. A colaboração premiada entre o utilitarismo e a racionalidade de princípios. *Revista Direito e Liberdade*: RDL, v. 18, n. 3, p. 213-231, set./dez. 2016.
TEXTO INTEGRAL

2015

ALONSO, Leonardo; GROCH, Ludmila Leite. A delação premiada e seus requisitos legais. *Consulex*: revista jurídica, v. 19, n. 433, p. 34-35, fev. 2015.
Localização: STJ, CAM, CLDF, PGR, STF, STM, TCDF, TJDFT, TST

ANDRADA, Doorgal. A delação premiada tem limites na lei nº 12.850/2013 e não se confunde com o plea bargaining. *Justiça & Cidadania*, n. 175, p. 46-48, mar. 2015.
Localização: STJ, CAM, MJU, STF, TJDFT

ANDREUCCI, Ricardo Antonio; ROTH, Ronaldo João. A colaboração premiada e sua aplicação na persecução penal militar. *Revista Direito Militar*, v. 19, n. 116, p. 9-12, nov./dez. 2015.
Localização: SEN, CAM, MJU, STM

BADARÓ, Gustavo. O valor probatório da delação premiada: sobre o § 16 do art. 4 da Lei n. 12.850/13. *Consulex*: revista jurídica, v. 19, n. 433, p. 26-29, fev. 2015.
Localização: STJ, CAM, CLDF, PGR, STF, STM, TCDF, TJDFT, TST

BECHARA, Fábio Ramazzini. Colaboração processual: legalidade e valor probatório. *Boletim IBCCrim*, v. 23, n. 269, p. 6-7, abr. 2015.
Localização: STJ, CAM, PGR, STF, TJDFT

BRITO JÚNIOR, Antonio Wellington. O perdão judicial na representação do delegado de polícia: a polêmica do § 2º do art. 4º da Lei nº 12.850/13. *Informativo Jurídico Consulex*, v. 29, n. 18, p. 5-8, 4 maio. 2015.
Localização: STJ, CAM, STF

CAVALHEIRO, Daniela Tocchetto. Comentário acerca da Lei Anticorrupção e do acordo de leniência. *Revista de Doutrina da 4ª Região*, Porto Alegre, n. 68, out. 2015.
TEXTO INTEGRAL

D'AVILA, Ana Carolina Oliveira. Considerações acerca do crime organizado sob o enfoque da Lei 12.850/2013. *Revista da EJUSE*, Aracaju, n. 22, p. 330-343, 2015.
TEXTO INTEGRAL

DEL CID, Daniel. A homologação dos acordos de colaboração premiada e o comprometimento da (justa) prestação jurisdicional. *Boletim IBCCrim*, v. 23, n. 276, p. 15-18, nov. 2015.
Localização: STJ, CAM, PGR, STF, TJDFT

D'URSO, Luiz Flávio Borges. Delação premiada: proibição para quem está preso. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, v. 11, n. 66, p. 64-66, jun./jul. 2015.
TEXTO INTEGRAL

EL TASSE, Adel. Velho caminho, novo autoritarismo. *Consulex*: revista jurídica, v. 19, n. 433, p. 32-33, fev. 2015.
Localização: STJ, CAM, CLDF, PGR, STF, STM, TCDF, TJDFT, TST

FERRAZ, Sergio. A responsabilização na Lei Anticorrupção. *Revista de Direito Administrativo Contemporâneo*: ReDAC, São Paulo, v. 3, n. 18, p. 33-47, maio/jun. 2015.
TEXTO INTEGRAL

GARCIA FILHO, José Carlos Cal. Delação premiada e devido processo legal. *Consulex*: revista jurídica, v. 19, n. 433, p. 24-25, fev. 2015.
Localização: STJ, CAM, CLDF, PGR, STF, STM, TCDF

GOMES, Luiz Flávio. Delação premiada e a gangorra inquisitorial. *Consulex*: revista jurídica, v. 19, n. 433, p. 30-31, fev. 2015.
Localização: STJ, PGR, STF, TCDF, TJDFT, TST

GURGEL, Sergio Ricardo do Amaral; GURGEL, Juliana Meira Diniz. Delação premiada, ética condenada. *Consulex*: revista jurídica, v. 19, n. 454, p. 52-55, dez. 2015.
Localização: CLDF

MACIEL FILHO, Euro Bento. Delação premiada: bom 'negócio' para quem? *Consulex*: revista jurídica, v. 19, n. 433, p. 34-35, fev. 2015.
Localização: STJ, CAM, CLDF, PGR, STF, STM, TCDF, TJDFT, TST

MARCHESI, Bruna Lícia Pereira. O acordo de leniência na Lei de anticorrupção empresarial. *Revista Zênite*: ILC: Informativo de licitações e contratos, v. 22, n. 256, p. 529-530, jun. 2015.
Localização: STJ, SEN, AGU, CAM, CLDF, STM, TCDF

MARTINS, Ives Gandra da Silva; OLIVEIRA, Antônio Cláudio Mariz de. O direito de defesa na Constituição. A natureza jurídica da prisão preventiva. Exercício abusivo como forma de obtenção de delações premiadas. Inconstitucionalidade. *Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal*, v. 17, n. 97, p. 188-225, abr./maio 2016.
TEXTO INTEGRAL

MARTINS, Ives Gandra da Silva. A função social da empresa e acordos de leniência. *Justiça & Cidadania*, n. 176, p. 16-17, abr. 2015.
Localização: STJ, CAM, MJU, STF, TJDFT

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Delação premiada não serve para fins de admissibilidade de ação de improbidade administrativa. *Revista Síntese de Direito Administrativo*, v. 11, n. 131, p. 35-49, nov. 2016.
TEXTO INTEGRAL

MESQUITA, Bruno Utsch. A colaboração premiada no direito brasileiro: uma análise de legitimidade à luz do garantismo de Ferrajoli e do garantismo integral. *Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, n. 9, p. 487-530, 2015.
Localização: STJ, CAM, MJU, PGR, STF, TJDFT

MISSALI, Guilherme. A delação premiada na defesa do concorrência brasileira. *Consulex*: revista jurídica, v. 19, n. 433, p. 38-41, fev. 2015.
Localização: STJ, CAM, CLDF, PGR, STF, STM, TCDF, TJDFT, TST

MOREIRA, Rômulo de Andrade. Alguma coisa está errada neste contexto: a delação premiada. *Consulex*: revista jurídica, v. 19, n. 446, p. 56-61, ago. 2015.
Localização: CLDF

_____. A delação premiada no direito brasileiro. *Consulex:* revista jurídica, v. 19, n. 433, p. 42-44, fev. 2015.
Localização: STJ, CAM, CLDF, PGR, STF, STM, TCDF, TST

MUKAI, Toshio. Regulamentação da Lei n. 12.846: a lei anticorrupção contra pessoas físicas e jurídicas do direito privado. Consulex: revista jurídica, v. 19, n. 442, p. 50-57, jun. 2015.
Localização: STJ, CAM, CLDF, PGR, STF, STM, TCDF, TJDFT, TST

_____. Regulamentação da Lei n. 12.846, de 1. de agosto de 2013 (Lei anticorrupção contra pessoas físicas e jurídicas do Direito Privado). *Fórum Administrativo*, v. 15, n. 174, p. 55-63, ago. 2015.
TEXTO INTEGRAL

PAIXÃO JUNIOR, Sebastião Ventura Pereira da. Operação lava jato: uma cirurgia judicial. *Consulex*: revista jurídica, v. 19, n. 433, p. 21, fev. 2015.
Localização: STJ, PGR, STF, TCDF, TST

PEREIRA FILHO, Venicio Branquinho. Programa de leniência no direito concorrencial brasileiro: uma análise de seus escopos e desafios. *Revista de Defesa da Concorrência*, v. 3, n. 2, p. 87-113, nov. 2015.
TEXTO INTEGRAL

RUFINO, Victor Santos. Análise da conformação normativa do Programa de Leniência Brasileiro à luz da Teoria dos Jogos. *Journal of Law and Regulation*, v. 1, n. 1, p. 47-64, maio 2015.
TEXTO INTEGRAL

SANTANO, Ana Claudia; MIRANDA NETTO, Fernando Gama de. Un análisis económico de la Ley Brasileña Anticorrupción, nº 12.846, 2013. *Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo*, v. 2, n. 2, p. 99-121, jul./dez. 2015.
TEXTO INTEGRAL

SILVA, Alex Brunno Viana da. Plea bargaining no Direito Penal brasileiro e o novo paradigma trazido pela lei de organizações criminosas. *Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão*: juris itinera, n. 22, p. 137-161, jan./dez. 2015.
Localização: SEN

SIQUEIRA, Flávio Augusto Maretti Sgrilli. Acordo de leniência e seus reflexos penais. *c*, v. 12, n. 68, p. 32-39, out./nov. 2015.
TEXTO INTEGRAL

TEOTÔNIO, Paulo José Freire; SILVA, Bruna Carolina Oliveira e. Delação premiada sob o enfoque da razoabilidade e proporcionalidade. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, v. 12, n. 68, p. 40-64, out./nov. 2015.
TEXTO INTEGRAL

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. Colaboração premiada e não oferecimento da denúncia: o espaço de oportunidade do art. 4., § 4. da Lei 12.850/2013. *Boletim IBCCrim*, v. 23, n. 268, p. 13-15, mar. 2015.
Localização: STJ, CAM, PGR, STF, TJDFT

CAPÍTULOS DE LIVROS

2017

ANSELMO, Márcio Adriano. Colaboração premiada como novo paradigma do processo penal brasileiro. In: *Estudos em homenagem ao professor Sérgio Moro*. Curitiba: Instituto Memória, Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2017, p. 219-248.
Localização: STJ 343.1(81) E79h

_____. Colaboração premiada e devida investigação criminal. In: *Polícia judiciária no estado de direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 155-161.
Localização: STJ 343.12(81) P766j

_____. Colaboração premiada e sigilo. In: *Polícia judiciária no estado de direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 149-154.
Localização: STJ 343.12(81) P766j

CASTILHO, Diego Gomes. Whistleblowing: principais características e vantagens - o que o Brasil está efetivamente perdendo? In: *Corrupção como fenômeno supralegal*. Curitiba: Juruá, 2017, p. 73-97.
Localização: AGU

FIGALDO, Carolina Barros; CANETTI, Rafaela Coutinho. Os acordos de leniência na Lei de combate à corrupção. In: *Lei anticorrupção e temas de compliance*. 2.ed. Salvador: JusPodivm, 2017, p. 337-373.
Localização: SEN, CAM, MJU, PGR, STF, TCDF

MARQUES, Karla Padilha Rebelo. Estreitos caminhos entre o constitucionalmente admissível e o excesso: o instituto da colaboração premiada e os princípios constitucionais postos à prova: estudo com foco no delito de corrupção. In: *Constituição, direitos fundamentais e política*: estudos em homenagem ao professor José Joaquim Gomes Canotilho. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 375-396.
Localização: STJ 342 C756d

OLIVEIRA JÚNIOR, Fernando Antônio de Alencar Alves de. Os (indispensáveis) instrumentos consensuais no controle de condutas do direito antitruste brasileiro: a experiência do Cade com o termo de compromisso de cessação e o acordo de leniência. In: *Lei anticorrupção e temas de compliance*. 2.ed. Salvador: JusPodivm, 2017, p. 375-406.
Localização: SEN, CAM, MJU, PGR, STF, TCDF

2016

ALBAN, Rafaela; MELLO, Sebástian Borges de Albuquerque. A inegociabilidade da prescrição nos acordos de delação premiada. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 545-565.
Localização: STF, TJDFT

ANDRADE, Flávio da Silva. Reflexões sobre os instrumentos de consenso na defesa da concorrência: acordo de leniência e termo de compromisso de cessação de prática antitruste. In: *Limites ao poder punitivo:* diálogos na ciência penal contemporânea. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 241-274.
Localização: STJ 343 L734p

BOTELHO, Jeferson. Direito penal premial delação e colaboração premiada: ondas renovatórias do direito probatório. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 207-240.
Localização: STF, TJDFT

CASARA, Rubens; MELCHIOR, Antônio Pedro. Estado pós-democrático e delação premiada: crítica ao funcionamento concreto da justiça criminal negocial no Brasil. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 411-443.
Localização: STF, TJDFT

DAVID, Décio Franco; TERRA, Luiza Borges. Sigilo e delação premiada: o tecer das teias da tarântula midiática. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 305-322.
Localização: STF, TJDFT

DIDIER JUNIOR, Fredie; BOMFIM, Daniela. Colaboração premiada (Lei n. 12.850/2013): natureza jurídica e controle da validade por demanda autônoma: um diálogo com o direito processual civil. In: *Processo penal*. Salvador: JusPODIVM, 2016, p. 179-221.
Localização: STJ 343.1(81) P963pe

DUTRA, Ludmila Corrêa. A confissão e a delação premiada como método investigativo: uma releitura de técnicas medievais. In: *Limites ao poder punitivo*: diálogos na ciência penal contemporânea. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 711-731.
Localização: STJ 343 L734p

Ferolla, Guido; FRANCISCO NETO, JOÃO. As mazelas da colaboração premiada. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 177-190.
Localização: STF, TJDFT

GOMES, Carla Silene Cardoso Lisboa Bernardo; RODRIGUES, Leonardo Monteiro. Colaboreis com a verdade e a colaboração vos libertará. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 279-303.
Localização: STF, TJDFT

GONÇALVES, Carlos Eduardo. Delação premiada como fundamento de prisão preventiva. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 91-114.
Localização: STF, TJDFT

JARDIM, Afranio Silva. Nova interpretação sistemática do acordo de cooperação premiada. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 33-40.
Localização: STF, TJDFT

LEMOS, Bruno Espiñeira; CALDEIRA, Felipe Machado. Delação premiada de acusado preso. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 75-89.
Localização: STF, TJDFT

MATTOS FILHO, J.; URANI, Marcelo Fernandez. Mauricio C. Aspectos críticos da colaboração premiada. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 323-343.
Localização: STF, TJDFT

MARTINELLI, João Paulo Orsini. Delação premiada: uma realidade sem volta. In: Delação premiada: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 241-259.
Localização: STF, TJDFT

MILHOMENS, Eduardo Bruno Avellar; GUILHERME, Lázaro Samuel Gonçalves. Delação premiada. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 161-176.
Localização: STF, TJDFT

MORAIS, Paulo José Iász de. A delação premiada no ordenamento jurídico brasileiro: a atuação das agências punitivas na elucidação do caso penal. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 365-378.
Localização: STF, TJDFT

MOREIRA, Rômulo de Andrade. A delação premiada no Brasil ontem e hoje: razões jurídicas, éticas e constitucionais pelas quais a repudiamos. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 393-409.
Localização: STF, TJDFT

PAZZINATTO, Carlos Henrique. Políticas públicas, direito constitucional à segurança pública e o combate ao crime organizado: delação premiada e infiltração do agente. In: *Segurança pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 107-121.
Localização: MJU

PEREIRA, Henrique Viana; SALLES, Leonardo Guimarães; BITENCOURT, Meteus Salles. Delação premiada: reflexões no contexto do estado democrático de direito. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 191-205.
Localização: STF, TJDFT

QUINTIERE, Víctor Minervino. Breves reflexões a respeito da colaboração premiada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal / Víctor Minervino Quintiere. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 527-543.
Localização: PGR, STF, TJDFT

ROCHA, Diogo Mentor de Mattos. A (in)voluntariedade dos acordos de colaboração premiada celebrados com acusados presos. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 345-364.
Localização: STF, TJDFT

SANTIAGO NETO, José de Assis; PENIDO, Flávia Ávila. A delação premiada em confronto com o processo democrático. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 261-278.
Localização: STF, TJDFT

SANTORO, Antônio Eduardo Ramires. A incompatibilidade do princípio da imparcialidade da jurisdição com a colaboração premiada regulada pela Lei nº 12.850/2013. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 445-470.
Localização: STF, TJDFT

SEIXAS, Taysa Matos; SOARES, Lianne Macedo. Delação premiada: culpada ou inocente. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 471-485.
Localização: STF, TJDFT

SPENGLER, Adriana Maria Gomes de Souza; WEBER, Cleverson. A "troca de favores" entre estado e réu e o mito de assegurar a verdade real através da desconstrução histórica da imoralidade do traidor. In: *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 15-32.
Localização: STF, TJDFT

Tourinho Neto, Fernando da Costa, 1943-. Delação premiada: endurecimento; traição; colaboração premiada. In: *Crimes federais*. 2. ed. D'Plácido, 2016, p. 301-320.
Localização: STJ 343.37 C929f 2. ed.

2015

BISHARAT, George E. The plea bargaining machine. In: *O judiciário nos Estados Unidos e no Brasil*: análises críticas e pesquisas comparadas. Curitiba: CRV, 2015, p. 157-185.
Localização: TJDFT, TST

COELHO, Fábio Ulhoa. Acordo de leniência e a recuperação judicial da corruptora. In: *Dez anos da Lei n.º 11.101/2005*: estudos sobre a Lei de recuperação e falência. São Paulo: Almedina, 2015, p. 291-310.
Localização: PGR, SEN, TCDF

DINO, Nicolao. A colaboração premiada na improbidade administrativa: possiblidade e repercussão probatória. In: *A prova no enfrentamento à macrocriminalidade*. Salvador: JusPODIVM, 2015, p. 439-459.
Localização: STJ 343.14(81) P969e

DORNELAS, Luciano Ferreira. Da colaboração premiada. In: *Organizações criminosas*: teoria e hermenêutica da Lei nº 12.850/2013. Porto Alegre: Núria Fabris, 2015, p. 189-205.
Localização: STJ 343.911 O68c

SOBREIRO, Rafael Soccol. A prova obtida com a colaboração premiada: meio de produção de prova no âmbito do combate às organizações criminosas. In: *Investigação criminal*: provas. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2015, p. 181-192.
Localização: STJ 343.123.1(81) I62c

LIVROS

2017

BRITO JÚNIOR, Antônio Wellington. *Comentários à Lei 12.850/2013*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. xiii, 293 p.
Localização: STJ 343.911(81)(094) Coment. B862c
SUMÁRIO

COSTA, Leonardo Dantas. *Delação premiada*: a atuação do Estado e a relevância da voluntariedade do colaborador com a justiça. Curitiba: Juruá, 2017. 229 p.
Localização: STJ 343.911 C837d
SUMÁRIO

FILIPPETTO, Rogério; ROCHA, Luísa Carolina Vasconcelos Chagas. *Colaboração premiada*: contornos segundo o sistema acusatório. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. 210 p.
Localização: PGR

FILOMENO, Bruna Weiss. *Colaboração premiada no crime organizado*: uma análise sobre sua (in)constitucionalidade. Florianópolis: Habitus, 2017. 163 p.
Localização: STJ 343.911 F488c

FONSECA, Cibele Benevides Guedes da. *Colaboração premiada*. Belo Horizonte: Del Rey, 2017. 255 p.
Localização: STF

SALGADO, Amanda Bessoni Boudoux. *Lavagem de dinheiro e os deveres de colaboração do advogado.* São Paulo: Liber Ars, 2017. 170 p. (Coleção Carolina; 1)
Localização: STJ 343.72 S164l
SUMÁRIO

SILVA, Márcio Alberto Gomes. *Organizações criminosas*: uma análise jurídica e pragmática da Lei 12.850/13. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. 146 p.
Localização: STJ 343.911(81)(094) S586o 2.ed.

SIMÃO, Valdir Moysés; VIANNA, Marcelo Pontes. O acordo de leniência na lei anticorrupção: histórico, desafios e perspectivas. São Paulo: Trevisan, 2017. 272 p.
Localização: STF

SANTOS, Marcos Paulo Dutra. *Colaboração (delação) premiada*. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2017. 199 p.
Localização: STJ 343.911 S237c 2.ed.
SUMÁRIO

2016

ANSELMO, Márcio Adriano; BEZERRA, Clayton da Silva; AGNOLETTO, Giovani Celso (Orgs.). *Colaboração premiada*: o novo paradigma do processo penal brasileiro: doutrina e prática (a visão do Delegado de Polícia). Rio de Janeiro: Mallet, 2016. 166 p. (Doutrina e prática: a visão do delegado de polícia; 4)
Localização: STF

BRANDALISE, Rodrigo da Silva. *Justiça penal negociada*: negociação de sentença criminal e princípios processuais relevantes. Curitiba: Juruá, 2016. 269 p.
Localização: STJ 343.123.3(81) B817j

BRITO, Michelle Barbosa de. *Delação premiada e decisão penal*: da eficiência à integridade. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. 204 p.
Localização: STJ 343.91(81) B862d

ESPIÑERA, Bruno; CALDEIRA, Felipe (Orgs). *Delação premiada*: estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio de Mello. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. 565 p.
Localização: PGR, STF

MOSSIN, Heráclito Antônio; MOSSIN, Júlio César O. G. *Delação premiada*: aspectos jurídicos. 2. ed. Leme: JH Mizuno, 2016. 279 p.
Localização: STJ 343.911(81) M913d 2. ed.
SUMÁRIO

PEREIRA, Frederico Valdez. *Delação premiada*: legitimidade e procedimento. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2016. 237 p.
Localização: CAM, PGR, STF, TCDF, TJDFT

SANCTIS, Fausto Martin de. *Crime organizado e lavagem de dinheiro*: destinação de bens apreendidos, delação premiada e responsabilidade social. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 304 p.
Localização: PGR, STM

ZYMLER, Benjamin; DIOS, Laureano Canabarro. *Lei anticorrupção* (Lei nº 12.846/2013): uma visão do controle externo. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 197 p.
SUMÁRIO

2015

FONSECA, Cibele Benevides Guedes da; TABAK. Benjamin Miranda; AGUIAR, Júlio César de. *A colaboração premiada compensa?* Brasília: Senado Federal, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, 2015. 39 p. (Texto para discussão / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consutoria Legislativa, 1983-0645; 181)
Localização: SEN
TEXTO INTEGRAL

GOMES, Luiz Flávio; SILVA, Marcelo Rodrigues da. *Organizações criminosas e técnicas especiais de investigação*: questões controvertidas, aspectos teóricos e práticos e análise da Lei 12.850/2013. Salvador: JusPODIVM, 2015. 494 p.
Localização: STJ 343.911(81) G633o
SUMÁRIO

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Comentários à Lei de combate ao crime organizado: Lei nº 12.850/13. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. vi, 112 p.
Localização: STJ 343.911(81)(094) Coment. M539c 2.ed.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Organização criminosa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 126 p.
Localização: STJ 343.911(81) Coment. N962o

OLIVEIRA, Juliana Magalhães Fernandes. *A urgência de uma legislação whistleblowing no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, 2015. 17 p. (Textos para discussão / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa; 1983-0645; 175)
Localização: SEN
TEXTO INTEGRAL

PEREIRA, Eliomar da Silva; BARBOSA, Emerson Silva. Organizações criminosas: teoria e hermenêutica da Lei nº 12.850/2013. Porto Alegre: Núria Fabris, 2015. 336 p. (Coleção Investigação Criminal; v. 5)
Localização: STJ 343.911 O68c
TEXTO INTEGRAL

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. *Compliance, direito penal e Lei anticorrupção*. São Paulo: Saraiva, 2015. 358 p.
Localização: STJ 343.33 S587c

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. *Barganha e justiça criminal negocial*: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro. São Paulo: IBCCRIM, 2015. 241 p. (Monografias; 68)
Localização: PGR

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União,* 31 dez. 1940.
TEXTO INTEGRAL

_____. Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986. Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 18 jun. 1986.
TEXTO INTEGRAL

_____. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 28 dez. 1990.
TEXTO INTEGRAL

_____. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. *Diário Oficial da União*, 26 jul. 1990.
TEXTO INTEGRAL

_____. Lei nº 9.080, de 19 de julho de 1995. Acrescenta dispositivos às Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 8.137, de 27 de dezembro de 1990. *Diário Oficial da União*, 20 jul. 1995.
TEXTO INTEGRAL

_____. Lei no 9.613, de 3 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 4 mar. 1998.
TEXTO INTEGRAL

_____. Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. *Diário Oficial da União*, 14 jul. 1999.
TEXTO INTEGRAL

_____. Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 1º dez. 2011.
TEXTO INTEGRAL

_____. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 5 ago. 2013.
TEXTO INTEGRAL

_____. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2 ago. 2013.
TEXTO INTEGRAL

NOTÍCIAS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2017

Atuação em delação premiada não impede magistrado de julgar ação penal. *STJ Notícias*, Brasília, 23 mar. 2017.
TEXTO INTEGRAL

2016

Acordo de delação premiada não pode ser questionado por quem não seja parte. *STJ Notícias*, Brasília, 8 nov. 2016.
TEXTO INTEGRAL

Descumprimento de acordo de delação premiada pode restabelecer prisão preventiva. *STJ Notícias*, Brasília, 10 out. 2016.
TEXTO INTEGRAL

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

2017

Descumprimento de colaboração premiada não justifica nova prisão preventiva, decide 2ª Turma. *Notícias STF*, Brasília, 25 abr. 2017.
TEXTO INTEGRAL

Ministro encaminha ao Plenário questionamento sobre parâmetros para homologação de delação premiada. *Notícias STF*, Brasília, 7 jun. 2017.
TEXTO INTEGRAL

Inviável, por desvio de finalidade, HC que questiona homologação de colaboração premiada. *Notícias STF*, Brasília, 8 jun. 2017.
TEXTO INTEGRAL

Homologação de acordo de colaboração premiada e limites de atuação do relator. *Informativo STF*, Brasília, n. 870, 19 a 30 jun. 2017.
TEXTO INTEGRAL

2016

Ação questiona poder de delegado para realizar acordo de colaboração premiada. *Notícias STF*, Brasília, 2 maio 2016.
TEXTO INTEGRAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

2017

Projeto coíbe recebimento de benefícios financeiros em caso de delação premiada. *Rádio Câmara*, Brasília, 25 maio 2017.
TEXTO INTEGRAL

Medida provisória eleva multas e institui acordo de leniência no sistema financeiro. *Câmara Notícias*, Brasília, 8 jun. 2017.
TEXTO INTEGRAL

Repercussão do papel das delações premiadas e julgamento do STF sobre o tema. *Rádio Câmara*, Brasília, 4 jul. 2017.
TEXTO INTEGRAL

Comissão aprova projeto que destina recurso recuperado em delação premiada à empresa prejudicada. *Câmara Notícias*, Brasília, 11 ago. 2017.
TEXTO INTEGRAL

SENADO FEDERAL

2017

Medida provisória eleva multas e institui acordo de leniência no sistema financeiro. *Senado Notícias*, Brasília, 8 jun. 2017.
TEXTO INTEGRAL

Para participantes de audiência, acordo de leniência aumentará credibilidade do país. *Senado Notícias*, Brasília, 24 ago. 2017.
TEXTO INTEGRAL

CONSULTOR JURÍDICO

2017

NUCCI, Guilherme. Há limites para o prêmio da colaboração premiada? *Consultor Jurídico*, 3 jul. 2017.
TEXTO INTEGRAL

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres; MARÇAL, Thaís Boia. Compliance e acordo de leniência são convergência necessária para Brasil crescer. *Consultor Jurídico*, 28 jan. 2017.
TEXTO INTEGRAL

ROVER, Tadeu. Por meio de MP, governo permite que Banco Central faça acordos de leniência. *Consultor Jurídico*, 8 jun. 2017.
TEXTO INTEGRAL

TOJAL, Sebastião Botto de Barros. Eficácia de acordo de leniência exige atuação orgânica entre instituições. *Consultor Jurídico*, 21 ago. 2017.
TEXTO INTEGRAL

2016

ANSELMO, Márcio Adriano. Sigilo e colaboração premiada na visão do Supremo Tribunal Federal. *Consultor Jurídico*, 26 jul. 2016.
TEXTO INTEGRAL

AGÊNCIA BRASIL

2017

Câmara da Argentina aprova delação premiada. *Agência Brasil*, 24 jun. 2017.
TEXTO INTEGRAL

ESPOSITO, Ivan Richard. STJ decide que Moro pode julgar ação mesmo tendo homologado delação premiada. *Agência Brasil*, 23 mar. 2017.
TEXTO INTEGRAL

RICHTER, André. Maioria do STF decide que delação pode ser revista em caso de ilegalidades. *Agência Brasil*, 29 jun. 2017.
TEXTO INTEGRAL